

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. **CULTURA**

. APOIO AO FOLCLORE

- Rancho Folclórico da Santa Casa da Misericórdia de Soure
- Deslocação a Espanha

Ponto 4. **URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

. Toponímia

- Espaço Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira - Entre o Castelo e o Rio Anços

Ponto 5. **PROTECÇÃO CIVIL**

. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PNDFCI

Ponto 6. **ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA**

. CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

- Construção de Estação Elevatória//Casais de São Jorge - Freguesia de Degraças
- Adjudicação

Ponto 7. **CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO**

- Proposta

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

Ponto 8. DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

- . Programa Foral
 - Apresentação de Candidaturas

8.1. PROJECTO “DIQUAL QASST”

- . Implementação dos Sistemas de Gestão de Qualidade, Ambiente E Saúde e Segurança no Trabalho

8.2. PROJECTO “SIG”

- . Implementação do Sistema de Informação Geográfica

Ponto 9. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, como habitualmente, prestando um conjunto de informações:

- No dia 25 de Junho, entraram em funcionamento as Piscinas Municipais ao Ar Livre de Soure, para mais um Verão.

- No dia 19 de Junho, reuniu a Comissão Municipal de Economia para apreciação de dois pedidos de autorização de instalação, concretamente, do Grupo Pingo Doce, Distribuição Alimentar SA e do Grupo PLUS, Supermercados, Lda; participaram, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, a Direcção de Economia, a Associação Comercial e Industrial de Coimbra e a Associação de Consumidores de Portugal; os pedidos de autorização de instalação foram aprovados, com quatro votos a favor e um contra - da ACIC -. Importa referir dois aspectos: estes pedidos de autorização, antes de serem votados, foram objecto de uma avaliação positiva à luz da ambiência legal aplicável, sendo que, nessa avaliação, a Direcção de Economia atribuiu, a qualquer dos pedidos de autorização de instalação, um valor superior a 50% do máximo previsto na lei e considerou que, quer num caso, quer no outro, serão investimentos que deverão contribuir de forma positiva para o desenvolvimento sustentado da sua área de influência. Para nós, o que está em causa, é que com a realização de mais estes dois investimentos deverão ser criados, sensivelmente, mais 70 postos de trabalho.

- Decorreu o primeiro fim de semana do certame Soure - Artesanato, Gastronomia e Cultura. Em termos quantitativos, dizer-vos que a média da assistência a espectáculos em pé e sentados, foi de 600 - 550 no Sábado e 650 no Domingo -; também que o número de refeições servidas nestes dois dias foi de \approx 3.400. Consideramos que se tratou de uma afluência muito considerável, até porque decorreram, em paralelo, várias iniciativas onde a própria Câmara se fez representar.

- Está marcada para o próximo dia 07 de Julho uma reunião de Presidentes de Câmara, dos dez Municípios que integram a Plataforma Logística Poli-nucleada da Área de Influência do Porto Comercial da Figueira da Foz, com a Senhora Secretária de Estado dos Transportes. Sobre este assunto, dizer-vos ainda que o Deputado Miguel Almeida, eleito pelo Círculo de Coimbra, pelo PSD, fez uma intervenção na

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

Assembleia da República, da qual enviou cópia aos Presidentes de Câmara que integram a referida Plataforma.

- No dia 05 de Julho, está previsto que entre em funcionamento uma nova resposta em termos de Associação de Arbitragem de Conflitos de Consumo, à qual aderimos em 1999. Está-se a caminhar para uma Rede Intermunicipal de Apoio ao Consumidor que, do nosso ponto de vista, tem todo o interesse...

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “no dia 17 de Junho, estivémos presentes numa Festa Convívio nos Novos, a Convite da Comissão Organizadora. Nesse mesmo dia realizou-se a Final da 7.ª Mostra de Música Moderna em Paleão, promovida pela Direcção do Clube de Desportos de Educação Física do Norte e Soure. Mais uma vez essa iniciativa pautou-se pela qualidade, com a apresentação de boa música de vários pontos do País, é pena, que a adesão do público, não tenha sido equivalente à qualidade da mesma.

No dia 5 de Junho, estivémos presentes numa Festa Convívio no Casal das Brancas e também na Casa Velha a convite das respectivas Organizações. Nesse mesmo dia, recebemos no Salão Nobre da Câmara Municipal, uma Comitiva de Amantes de Motos Antigas, iniciativa essa, promovida pelos Antigos Clube de Soure, designada, pelo 4.º Passeio de Motas Antigas.

No dia 25 de Junho, o Senhor Chefe de Gabinete, Américo Nogueira esteve, em representação do Senhor Presidente de Câmara, na entrega de prémios do 15.º Torneio de Futsal Masculino, onde participaram 14 equipas, iniciativa organizada pelo Grupo Desportivo de Figueiró do Campo.

Em relação ao Certame Soure - Artesanato, Gastronomia e Cultura, gostaria de vos dizer que tive algumas dúvidas em relação a este novo modelo... procedemos a algumas alterações, em termos de equipamentos e de localização; porém, no final deste primeiro fim de semana podemos dizer que o balanço é extremamente positivo e penso que, este poderá vir a ser o modelo definitivo.

Gostaria de referir o Colóquio “Vinho na Gastronomia” que superou em muito as nossas expectativas. Esta iniciativa teve dois protagonistas de grande qualidade, o Senhor Presidente da Associação dos Escanções de Portugal, o Escanção Manuel Miranda e o Enólogo Eng.º Alexandre Carril, pessoas muito inteiradas, cada um na sua vertente. No final todos estavam bastante satisfeitos com o modo como decorreu e, acima de tudo, todos aprendemos um bocadinho sobre este produto, que tantas vezes é desvalorizado, especulado e deturpado.”

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “no dia 20 de Junho, estive presente, com o Director de Departamento, Dr. Marcus Tralhão, na Câmara Municipal de Pombal, para a mostra/implementação de um Projecto de autoria da mesma sobre Modernização Administrativa, onde estiveram representadas várias Autarquias. Podemos verificar a implementação de um sistema que consegue abolir, com a utilização do papel, determinadas práticas, algumas delas, de fácil implementação em todas as Autarquias.

A Autarquia de Pombal colocou os seus técnicos à disposição para o caso de estarmos interessados em que nos façam uma apresentação desse projecto.

No dia 22 de Junho, desloquei-me à Marinha Grande onde participei num Seminário promovido pela INOVA sobre Modernização dos Serviços na Administração Local. Tratou-se de um Seminário de grande qualidade, onde estiveram presentes Câmaras de todo o País, incluindo a Região Autónoma da Madeira. Foi possível verificar o que se tem feito a nível das Autarquias no âmbito de Modernização Administrativa e a nossa Autarquia mereceu um destaque de relevo por parte da Directora da Associação Industrial Portuguesa, o que muito nos orgulhou.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “na área da Educação, estive a representar a Câmara Municipal em festas de encerramento do Ano Lectivo, habituais nesta época do ano, designadamente em três Escolas Básicas do 1.º Ciclo: Soure, Alencarce de Cima e Vale de Pedras.

De 19 a 23 de Junho, no Largo do Município, estive a Casa do Ambiente, visitada pela quase totalidade das crianças do Pré-Escolar e 1.º Ciclo; mais uma forma de continuar a sensibilizar para as questões ambientais, para a recolha selectiva e, a partir das crianças, fazer chegar a mensagem aos adultos.

Hoje mesmo integrei o Júri das Provas de Aptidão Profissional das Alunas do Curso Técnico de Auxiliares de Infância do INTEP, um curso que foi frequentado por 18 alunas das quais, três estagiaram na Casa da Criança de Soure.

Na sequência dos Festivais de Folclore no nosso Concelho, no dia 17 de Junho decorreu o 23.º Festival do Rancho Folclórico da Pouca Pena, momento muito participado; a apresentação ao público do Grupo de Folclore da Granja do Ulmeiro, grupo esse inactivo durante sete anos e que, agora, graças à conjugação de vários esforços, destacando-se gente muito jovem, “arregaçou as mangas” e fez um trabalho de pesquisa etnográfica bastante intenso.

Ainda nesse dia, a Sociedade Recreativa e Beneficente Filarmónica Vilanovense apresentou o trabalho das suas três Escolas de Música, acção muito interessante, porque verificamos que os apoios ao regular funcionamento destas acções são importantes para estas comunidades, que são extremamente vivas e envolvem muita

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

gente, sobretudo, jovem; É interessante que façam este tipo de apresentação porque é visível o trabalho que desenvolvem ao longo do ano.

No dia 18 de Junho, decorreu o 10.º Festival de Folclore do Rancho da Ribeira da Mata.

No dia 24 de Junho, o 16.º Festival do Rancho de Folclore do Cercal”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “ vi com atenção a possibilidade da abertura de mais dois espaços comerciais na Vila de Soure. Naturalmente não somos avessos a investimentos dessa natureza, digamos, situações dessa ordem que possam surgir para que os cidadãos tenham o maior leque de escolha na aquisição dos seus produtos. De qualquer maneira, o que me oferecia dizer sobre esta matéria é se a abertura desses dois espaços pode ou não conflitar com a saudável estabilidade financeira daqueles que são os empresários da nossa vila.

Relativamente à intervenção sobre a Plataforma Logística... quero acreditar que um investimento como o que já foi feito em relação a essa matéria, com importância assumida e global que esta Plataforma tem para a nossa região, não seja mais uma situação que tenha um fim triste à vista. Não podemos cansar-nos de reivindicar, para a nossa região, aquilo que merecemos, aquilo que podemos exigir, porque não dizê-lo... não quero acreditar que em relação à Plataforma Logística, nuvens negras parem no horizonte.

Sublinho com muito apreço que, em relação a duas matérias que são muito preocupantes e que têm bastante importância para o Concelho de Soure, como a Plataforma Logística e o Acesso à A17, sejam exactamente dois Deputados do P.S.D., o Senhor Dr. Fernando Antunes e o Dr. Miguel Almeida que tenham chamado a atenção para essas duas situações.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “relativamente à intervenção do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, dar-lhe nota do seguinte: nós estamos num estado de direito cuja opção, em termos de organização da actividade económica, assenta numa economia de mercado. O Ministério da Economia, de acordo com a legislação aplicável, faz uma avaliação técnica destes investimentos em vários domínios, desde logo, o tipo de dinâmica que gera ou não, nas empresas regionais e nacionais por via das relações comerciais que essas novas unidades vão criar o impacto em termos de emprego... se a questão está devidamente acautelada num conjunto de outros aspectos e é a própria lei que define os critérios de avaliação. Portanto, nestes casos o que seria preocupante, e felizmente nunca sucedeu, é que utilizássemos uma maioria para aprovar um qualquer pedido de autorização... Os relatórios de avaliação feitos pelo Ministério

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

da Economia atribuem uma nota significativamente superior a 50% e concluem que poder-se-ão revelar/constituir como contributos importantes para ajudar ao desenvolvimento do espaço onde se irão integrar; agora, é evidente que a diversificação de possibilidades de compra tem sempre reflexos na oferta pré-existente. O que nós pensamos é que, acima de tudo, temos que garantir a possibilidade de haver uma diversidade de oferta; nem de longe, nem de perto, podemos ignorar aquilo que é o interesse do universo alargado de consumidores como se, porventura, funcionássemos como um qualquer instrumento de protecção a unidades pré-instaladas. Nós aqui temos que ter sentido de equilíbrio, verificar se a ambiência legal está a ser aplicada, e temos que com esse equilíbrio, em termos económicos, sociais e políticos, tomar a nossa posição. Compreendo as preocupações do Senhor Vereador, mas, como deve imaginar, conflito com aqueles que já cá estão haverá sempre, porque não é possível comprar a mesma coisa em dois lados ao mesmo tempo; agora o que pensamos, é que, os inconvenientes, em termos de concorrência que daí advirão, têm uma repercussão social muito menor do que um conjunto de vantagens que, inversamente, daí resultarão. Nós não poderemos querer, por um lado, investimento e, por outro lado, achar que o mesmo pode conflitar com o já existente. Esta é uma lógica da economia de mercado e cabe ao Estado, a nível de Administração Central e Local, naquilo em que pode funcionar como entidade reguladora, utilizar essa faculdade/possibilidade para o fazer com o equilíbrio social possível.

Quanto à questão da Plataforma, não podia estar mais de acordo com o que disse. Julgo que o Senhor Vereador usou a expressão “nuvens negras pairam no horizonte”... este é um processo cuja iniciativa assentou essencialmente na Figueira da Foz que, compreende-se, tem o Porto Comercial, que é um equipamento de interesse Nacional e, particularmente, Regional; convidou, à época, um conjunto de concelhos, inicialmente eram oito, agora são dez - com a entrada de Condeixa e Pombal -. A ideia é potenciar um maior aproveitamento desse equipamento, quer em termos de captação de investimento, quer em termos de venda daquilo que for cá produzido e de criar novas rotas, novas vias.

Quando se fizeram os primeiros estudos foi apresentada uma Candidatura à Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional, houve uma aprovação para o projecto e aquilo que, de facto, não faz muito sentido é que uma Comissão de Coordenação aprove uma Candidatura para um Projecto e, depois, aparentemente, não esteja a definir balizas consonantes com o apoio que deu ao mesmo. Devo dizer, como Presidente de Câmara, que saúdo sempre toda e qualquer intervenção, de qualquer Deputado, de qualquer Bancada, desde que essa intervenção seja construtiva e não assente em questões meramente políticas ou partidárias; que sejam

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

questões de desenvolvimento... Devo dizer que, mesmo na questão da A17, não tivemos o menor problema em ceder todos os elementos possíveis para que, porventura, não ocorram choques de estratégia, quando o objectivo nestas matérias, como noutras, é comum a todos.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “na Escola Secundária e na EB 2/3, fui surpreendido pelo facto de inicialmente, estar previsto a constituição de um mero Agrupamento; neste momento julgo que se está a constituir um mega Agrupamento, com um processo eleitoral já a decorrer. O que importa aqui referir é que queremos que este processo seja em prole dos nossos alunos e que a solução encontrada responda, cabalmente, às necessidades e aos anseios, não só dos alunos, mas das famílias, esperando que o processo eleitoral decorra de forma pacífica, sem quaisquer questões.

Relativamente à estrada do Cercal/Carvalhal de Azóia o Senhor Presidente, disse-me que a obra estava consignada e que estaria, para breve, o seu início, o qual estava condicionado à melhoria das condições climatéricas. Acontece que já há alguns meses que temos boas condições climatéricas e a estrada continua em situação deplorável e por conseguinte, gostaria de saber para quando está prevista a solução deste problema.

Não querendo ser redundante nas minhas intervenções não posso deixar de relevar, mais uma vez, a questão das lombas, os chamados redutores de velocidade, os quais são colocados e pintados com celeridade; mas a sinalização é feita com alguma lentidão e causa algumas perturbações às pessoas que se deslocam nos veículos. Não vou aqui aquilatar da qualidade técnica das lombas porque não sou especialista na matéria, mas parece-me que algumas são demasiado elevadas em altura, pois quando passo nalgumas a 20 km/h e dou um solavanco bastante grande. Solicitava, ao Senhor Presidente para que, junto dos serviços, ordenasse a sua sinalização, porque isso pode configurar uma situação de perigo para os automobilistas, e que esta fosse não uma solução mas um recurso. Há alguns locais onde é possível fazer passeios, portanto, o condicionamento de trânsito é de velocidades muito reduzidas, não se justifica... temos que encontrar soluções a longo ou médio prazo que permitam a coexistência pacífica a peões e automobilistas no sentido de tornar mais fáceis e mais rápidas as deslocações entre as comunidades.

Outra questão que queria referir, e que já referimos na última reunião, mas não podemos deixar de falar nela, porque está a ser muito sentida pelas populações é o encerramento do SAP. Estamos atentos à Comunicação Social, todos sabemos o que está acontecer nos concelhos vizinhos, preocupa-me o serviço que é prestado aos Municípios do Concelho de Soure e também aos Concelhos vizinhos, evidentemente

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

o que parece é que o Governo está a tratar dos Municípios da mesma forma. Vou dizer qual é a minha preocupação e o que penso sobre isto: um Concelho com 6.000 habitantes está a ser tratado da mesma forma que um com 22.000 habitantes, as necessidades desta população não são as mesmas do de 6.000 habitantes em termos de afluência aos Centros de Saúde, por conseguinte, a quantidade de pessoas que foi ao Centro de Saúde, a dispersão das comunidades tem que ser levada em consideração. Depois, há factores que provavelmente não enfatizamos mas, para pessoas que vivem com salário baixo, com reformas de sobrevivência, são de muita importância. Fala-se que vai encerrar o SAP do Centro de Saúde de Soure e depois as pessoas têm que se deslocar às urgências do Centro Hospitalar de Coimbra, mas quem vai pagar essas deslocações? Quem é que vai suportar os encargos daí decorrentes? Estas são questões que podem parecer de pormenor mas, para uma pessoa que recebe 300,00 ou 200,00 euros de pensão são relevantes; isso não é tido em consideração e, no nosso entender, enquanto responsáveis políticos por um Concelho, deveremos ter a preocupação de zelar também por estas questões. A esse propósito permita-me que apresente aquilo que acho que devemos fazer: há Municípios que enveredaram por formas de protesto de manifestação do seu repúdio público. De uma maneira ou de outra, acho que não podemos ficar “impávidos e serenos” perante esta situação e devemos manifestar o nosso repúdio, apresentando uma Moção, que iremos ler: *“Confrontados com a inevitabilidade da diminuição do horário de funcionamento e de atendimento aos municípios do Centro de Saúde de Soure, a Câmara Municipal de Soure, reunida em 29 de Junho de 2006, delibera o seguinte:*

- 1 - Manifestar o mais vivo repúdio pelo encerramento de mais uma estrutura de serviço público no Concelho de Soure;*
- 2 - Entender que as alterações a introduzir no horário de atendimento do SAP podem constituir-se como factor de risco para a saúde dos munícipes Sourenses;*
- 3 - Reconhecer que as alterações anunciadas podem causar perturbações na tranquilidade das pessoas e instaurar um clima de insegurança, sobretudo nas camadas mais vulneráveis da população, nomeadamente nos idosos;*
- 4 - Protestar por estas alterações não terem sido atempadamente ponderadas e discutidas com os diferentes sectores sociais da comunidade tendo em vista a procura de soluções adequadas que pudessem evitar esta situação. Aprovamos por isso um voto de protesto por esta situação e a marcação de uma sessão de Câmara Extraordinária, com a presença do representante do sector da saúde, aberta à População em geral.”*

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “a sugestão de podermos ter uma reunião com os responsáveis da saúde, aberta à População, é uma sugestão que me parece positiva; agora, trata-se de uma questão que nós não controlamos, quando muito

*12.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

podemos sugerir, porque a estratégia de debate é da Administração Regional de Saúde, não é de cada Câmara. Gostaria também de dizer que essa proposta de Moção tem, no mínimo, um conjunto de imprecisões: primeiro, em momento algum, foi colocado formal ou informalmente a possibilidade de diminuição do tempo de atendimento... o que está em causa é o encerramento puro e simples do SAP, não apenas para Soure, como para todo o País e, para todo o Distrito. Em Soure o que temos a funcionar é a chamada Medicina Familiar, praticamente sem domicílios, das 9,00 horas da manhã às 17,00 horas e ainda um serviço 24/24 h, a que se dá o nome de SAP - Serviço de Atendimento Permanente, com um médico que garante atendimentos ligeiros, seja a que horas for. Aquilo que estarão a tentar implementar aponta para que o atendimento em regime de família, em vez de ser das 9,00 horas às 17,00 horas venha a ser das 08,00 horas às 22,00 horas... quanto ao período da noite, com o encerramento do SAP, para esse tipo de atendimento teria que haver uma resposta local, naturalmente contratualizada com a Administração Regional de Saúde, com um Gabinete de Medicina, com os próprios Bombeiros Voluntários ou com uma IPPS. Penso muito sinceramente que o alargamento do atendimento familiar é positivo, mas que o encerramento do SAP, como ele existe, só será aceitável, no período nocturno, desde que se encontre uma resposta social alternativa aos utentes que se servem deste serviço durante a noite.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “Senhor Presidente, V. Exa. acaba de dizer que não tem dados formais que fundamentem um “temor” como aquele que nós demonstramos na nossa moção e assegura que o seu envolvimento nesta luta será solidário com o nosso e, naturalmente, com o dos munícipes e que isso acontecerá quando tiver esses dados. Portanto, posso deduzir das suas palavras que até ulterior informação que nos possa prestar não vai haver outro tipo de situação que altere o funcionamento do SAP.

O nosso “temor” é que V. Exa., não quero acreditar que isso possa acontecer mas, que possa ser ultrapassado pelas circunstâncias e, naturalmente, quando chegar ao Centro de Saúde, o SAP se encontre já fechado. Tenho a noção clara de que a política do governo em relação aos Serviços de Saúde é dividir para reinar... não há, Senhor Presidente, uma política uniforme no encerramento do SAP. Como sabe, uns encerram hoje outros amanhã, outros assim, assim e outros é quando Deus quiser... Aquilo que me parece é que o Senhor Presidente terá que transmitir, salvo melhor opinião da nossa parte, que haverá uma contestação viva em relação ao encerramento do SAP, não tenha a mínima dúvida, agora a metodologia que cada Município utiliza é que é variável, uns

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

fazem manifestações, outros fazem vigílias, outros concentrações de populares junto do Governo Civil... mas sempre com um fim, é que nenhum Presidente de Câmara, nenhuma Autarquia quer, salvo melhor opinião, que o SAP feche. Temos que ver qual o melhor caminho para obter esse objectivo, tendo em linha de conta que é inexorável a política do governo no encerramento dos SAP's. A primeira fase de luta é confrontarmo-nos contra esta política; tem que mover diferentes fases numa luta, a primeira é dizermos não, não podemos partir logo do pressuposto que devemos negociar à partida, e se esse comportamento do governo for inexorável, como disse e se houver diferenças de modalidades entre Concelhos, é com esse objectivo que nós colocamos essa moção. O que nos interessa é o fim atingir com esta moção, é repudio nós repudiamos esta situação... e aquilo que politicamente deve ser ressaltado de toda esta pré-análise do problema, já que não acreditamos que o problema exista enquanto V. Exa. não nos comunicar, não acontecerá nada no SAP sem nós sabermos. Relativamente à convocação de uma reunião extraordinária, convidamos o Senhor Director Regional de Saúde, que nos explica o que lhe vai na alma e nós dizemos-lhe o que a nossa alma nos diz... acho que isso é importante, a população assiste, ouve as opiniões que cada um de nós tem sobre o assunto e tomará as suas ilações, partindo do pressuposto, mesmas são de grande unanimidade entre todos nós, à volta da defesa do SAP no Centro de Saúde de Soure.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “sobre o encerramento do SAP, gostava de dizer o seguinte: temos ouvido alguns argumentos, quase todos baseados em números, em médias... que são atendidos no Centro de Saúde, logo não é rentável... encerra-se. Gostaria de vos dar uma informação: a C.D.U. está a recolher assinaturas contra o encerramento do SAP por uma razão simples: já vamos com mais de 100 assinaturas, são pessoas de todos os quadrantes políticos que pedem o abaixo assinado, porque sentem o que perdem com o encerramento do SAP em Soure, porque o utilizam, não só devido à proximidade, mas também porque psicologicamente é extremamente importante para quem está doente. Hoje tenho dados para pensar que, efectivamente, as pessoas do Concelho recorrem ao SAP do Centro de Saúde de Soure. Quanto à moção, a palavra “inevitabilidade” não concordo...”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “em matéria de encerramento de qualquer serviço, eu sou, em princípio, contra... As economias de escala devem ser usadas em tudo aquilo que não cruze com o humanismo e a consciência social e, particularmente na saúde, em circunstância alguma, poderei estar de

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

acordo ou pactuar por omissão com qualquer política, venha de onde vier, que pudesse significar uma diminuição de resposta ou uma pior resposta do que a que existe. Esta é a minha posição de princípio sobre esta matéria e devo lembrar-vos que tive o cuidado de, na última reunião, trazer uma Resolução do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios, exactamente para que se percebesse que a minha posição, neste domínio, é exactamente a posição que assenta nos princípios aprovados nessa Resolução e para que não houvesse, sobre a minha posição, a menor dúvida. Estou particularmente à vontade para aprovar uma moção do P.S.D., uma moção da C.D.U., uma moção do P.S., uma moção Supra-partidária, desde que, nessa moção, se perceba que se pretende defender a qualidade do serviço prestado aos munícipes, independentemente de quem quiser retirar daí qualquer tipo de “louros”, em termos de iniciativa política. Por outro lado, estarmos a aprovar algo que critica uma coisa que não é verdade... vocês leram na moção, confrontados com a “inevitabilidade”... para mim bastaria colocar, “confrontados com a eventual, com a possível”... assim, proponho o seguinte: que fique já aprovado um texto a redigir nesta base, que fique aprovado por unanimidade, porque, substantivamente, estamos todos de acordo.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “retiramos a palavra “inevitabilidade” e colocamos “possibilidade” para não o confrontar com uma situação de alguma dificuldade em votar uma moção que contraria a sua posição. Acredito que estamos de boa fé porque a saúde é de todos nós, um dia podem ser os nossos filhos, pais, vizinho, amigo... seja quem for, as coisas são como são. Quando houver indícios que perspectivem alterações daquilo que tem sido a nossa discussão de hoje, V. Exa. confrontar-nos-á com a realização de uma reunião Extraordinária.”

O Senhor Presidente referiu que: “com as alterações atrás referidas, penso que poderemos aprovar por unanimidade a moção e assumo o compromisso de que se ocorrerem evoluções, delas darei nota a todos os Vereadores.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “gostaria de saudar e congratular-me pela sua posição de equilíbrio, bom senso e da defesa das populações e vou dar um exemplo, de um município, aqui ao lado, em que perante uma moção apresentada pela C.D.U., foi rejeitada pelos votos do Partido Socialista, provavelmente, eles nunca estiverem doentes, nem nunca estarão...”

*12.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “relativamente às médias superfícies que se querem instalar no Concelho de Soure não se depreende, das nossas intervenções, que nós somos contra a livre iniciativa privada, não é isso que está em questão, o que nós entendemos é que também devem ser tomadas medidas que apoiem os pequenos comerciantes e industriais da Vila de Soure, para que, num futuro próximo não aconteça em Soure o que acontece nas cidades, isto é, que as zonas históricas se comecem a despovoar, o comércio comece a dispersar-se e se configure uma situação de desertificação que não interessa a ninguém. Há instrumentos que potenciam esta situação de apoio e de motivação ao pequeno comércio, o URCON, por conseguinte, acho que era importante que utilizássemos todos os meios ao nosso alcance para que soluções sejam encontradas no sentido de minimizar o impacto que este tipo de investimentos podem ter num tecido comercial já de si algo débil e que poderá provocar a “falência” de alguns pequenos comerciantes que ainda são aqueles que dão vida ao centro e à vila de Soure.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “referiu-se ao processo Escola Secundária, EB 2/3-Mega Agrupamento... promessas não cumpridas por parte da tutela... não sei de que promessas não cumpridas por parte da tutela está a falar... A nossa preocupação, em termos de política municipal de educação é, evidentemente, desenvolver todos os esforços no sentido de que haja uma melhoria qualitativa da resposta educativa, não podendo com isto sacrificar, quer o pessoal docente, quer o pessoal de apoio. Agora, a questão que se coloca é de que havia um desequilíbrio entre a oferta educativa existente, a nível de qualidade de equipamentos, e a sua utilização; havia uma sub-utilização de excelentes equipamentos e uma utilização de equipamentos que, ainda que reabilitados, não faz sentido que o estejam a ser quando, ao lado, temos uma resposta melhor, até com outro tipo de capacidade em termos de Sistema de Apoio à Família. Assim, sugeri ao Conselho Municipal de Educação que aprovasse uma proposta para que, quando eu e a Senhora Vereadora mais ligada à Educação, dialogássemos com o Ministério da Educação o fizéssemos, não apenas em nome da Câmara, mas também em nome do Conselho Municipal de Educação... este entendimento foi, aliás, aprovado nessa reunião do Conselho Municipal de Educação. É nosso entendimento que deveriam ser encontradas soluções, por forma a que houvesse um ajuste, um aproveitamento equilibrado entre a oferta educativa e a procura educativa, designadamente, na sede do Concelho. Agora,

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

quanto à estratégia... se a estratégia do Ministério da Educação para ultrapassar questões de natureza jurídica, do tipo: um professor ou um funcionário ser da EB 2/3 e outro ser da Secundária e poderem tratá-los como sendo de uma mesma escola, se a estratégia foi... então transformemos isto num só Agrupamento???... Essa é uma questão que nos ultrapassa por completo e é uma questão que, como devem imaginar, não nos cabe a nós, nem temos competência para tal... da nossa parte apenas releva que haja a possibilidade de alunos das Escolas Básicas do 1.º Ciclo poderem usufruir de balneários, porque os têm ao lado, e termos a nova Escola Secundária e a EB 2/3 utilizadas na sua capacidade plena e não sub-utilizadas. De maneira que, com todo o respeito, essa matéria, porque numa reunião de professores, de funcionários, alguém teria mencionado que se havia só um Agrupamento era por culpa da Câmara... isso é rigorosamente mentira, a única coisa pela qual a Câmara e o Conselho Municipal de Educação se bateram, foi por encontrarem forma de haver melhor aproveitamento dos equipamentos, por forma a ajustar a oferta e a procura, pensando nos alunos e nas famílias. O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho deve saber melhor que eu qual é a possibilidade que tenho ou não, de influenciar juridicamente o funcionamento de uma Direcção Regional... entendo que deve ser uma estratégia que respeite a lei, os professores, os funcionários mas que, acima de tudo, melhore a qualidade educativa prestada aos alunos... como Presidente de Câmara é isto que penso e é isso que tenho transmitido, noutra ponto de vista não percebo.

Quanto à questão da estrada Cercal/Carvalhal de Azóia... o que acontece é que nós aprovámos a abertura de um concurso e a correspondente adjudicação; depois os serviços respeitam os prazos legais a partir do momento que está adjudicada, acertam com o empreiteiro o início da obra e quando consignam, o prazo começa a decorrer a partir dali. O que tenho dito é que há ainda três obras já adjudicadas, que, estava convencido, ficariam prontas no primeiro semestre, pois não havia razões de natureza climatérica que o impedisse... de facto, a todo o momento, de acordo com as informações que tenho do Eng.º Mário Monteiro, Chefe da Divisão de Obras Públicas, deverão ser realizadas, mas, o que é facto, é que ainda não o foram até ao momento.

Depois a questão dos redutores de velocidade com alguma celeridade, mas a sinalização com alguma lentidão... a aplicação dos redutores e a pintura é relativamente rápida, sendo a sinalização vertical simultânea; o que às vezes é menos rápido, não depende só da Câmara, é a aplicação da sinalização luminosa; aí, a Câmara contrata uma empresa que o faz. Quando refere a qualidade técnica

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

das lombas... a própria lei tipifica, há uma elevação máxima, mas nenhuma pode ou deve estar acima dessa elevação, até sob pena de que se houver um acidente e o acidentado fizer queixa da Câmara que, porventura, a lomba não respeitava com os normativos aplicáveis à lomba, a Câmara teria que pagar. Depreendo que os serviços técnicos, que conhecem a legislação aplicável às lombas, saberão exactamente, qual é o número de centímetros que elas poderão ter ou não e estarão a fazer as mesmas dentro desses limites...

Depois fez um comentário final sobre a questão da coexistência pacífica... as lombas não pretendem ser uma agressão aos automobilistas e dou-lhe um exemplo: quando se vai em direcção à Gesteira ou para Samuel pela Zona Industrial, há uma recta que tem passeios e tem as lombas, porque foi entendido, tecnicamente, que mesmo com os passeios, a evidência mostrava que era muito difícil impedir que houvessem excessos; portanto, houve uma coexistência de passeios e de lombas; agora situações há em que a lomba é a solução possível, ou porque o ordenamento urbano é antigo e não permite outro tipo de solução, ou porque, tratando-se apenas de uma zona que ainda irá ser objecto de intervenções infra-estruturais, não fará sentido que ficássemos à espera delas e não apresentássemos já uma solução.

Penso que, em termos de apoio a pequenos e médios empresários, irá entrar em funcionamento o Serviço de Apoio Local ao Empresário que, espero, venha a dar a possibilidade, designadamente, às pequenas empresas que não têm meios próprios para colher a informação, de terem acesso gratuito à mesma, pois a informação continua a ser, hoje por hoje, o mais valioso capital.

Quanto à questão da desertificação de zonas históricas... não vamos aqui discutir que tipo de comércio é que há ou não nas zonas históricas, ou se, choca ou não com este tipo de superfícies; penso é que haverá, como disse e bem, que sensibilizar não apenas a Câmara mas os privados e no caso da Câmara não é sensibilizar, é decidir, para que seja promovido o aproveitamento possível de Programas que podem ajudar a combater as suas preocupações. Aliás, devo dizer que nas reuniões mantidas, pela Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, com o I.N.H., não apenas há coisas que irão aparecer dentro de pouco tempo, que terão a ver com Política de Habitação da Acção Social, mas que também terão a ver, exactamente, com essa questão de se evitar/combater a desertificação de zonas tradicionalmente denominadas como históricas”.

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. CULTURA

. APOIO AO FOLCLORE

- Rancho Folclórico da Santa Casa da Misericórdia de Soure
- Deslocação a Espanha

O Senhor Presidente referiu que: “o que temos é uma proposta concreta, no âmbito daquilo que é a política municipal habitual neste domínio, para a atribuição de um apoio de 1.250,00 euros.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “li atentamente a informação da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno onde refere que, de facto, normalmente, os apoios rondam os 60% a 70% e que anualmente são atribuídos quatro a cinco apoios por ano. Parece-me que, e já referi isto noutras vezes, há aqui alguns números que não são exactos e poderão configurar alguma situação menos clara.

A minha sugestão era que fossem claramente definidos alguns critérios que não só pudessem potenciar a deslocação dos Grupos do Concelho ao estrangeiro, que nós achamos que são importantes, mas também que essas viagens servissem como momentos de divulgação não só da nossa cultura, mas também das nossas potencialidades. Era bom que houvessem alguns critérios para que as pessoas pudessem, antecipadamente, e a Câmara Municipal, programar estas situações.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “os critérios existentes são conhecidos, assentando também na ambiência de diálogo existente entre a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno e os Dirigentes. Os critérios são muito claros: normalmente aprovamos, nesta rubrica, um montante que permite apoiar três/quatro/cinco iniciativas desta natureza e, tanto quanto possível, de forma rotativa.

Este caso configura uma repetição, porque foi aprovado um apoio o ano passado. Aquilo que acontece é que a Senhora Vereadora entendeu, e bem, propor, um apoio inferior ao habitual para que não se abram precedentes. Agora, continuamos sempre abertos à possibilidade de traduzirmos isto por regras exactas, mas

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

recordo-lhe que uma coisa é dizermos: apoiamos o funcionamento desta forma, o investimento daquela... outra coisa é regrarmos aquilo que os próprios dirigentes dos quinze grupos à anteriori, nem sempre dominam completamente, porque existem grupos que têm já capacidade de programação e conhecem, em Setembro/Outubro, qual a deslocação que vão fazer no ano seguinte e outros que não. Agora, deveria a Câmara Municipal, todos os anos e até Outubro, dizer aos Grupos que apresentem uma proposta... haveria o risco de estarmos a aprovar uma proposta, em teoria muito correcta, mas que poderia esbarrar nalguns aspectos de natureza prática... por isso, tem-se preferido que não haja regras escritas ao pormenor, como está a acabar de dizer, porque a ambiência e o tipo de dirigismo, cada vez mais “profissional” mas ainda “não profissional”, não o tem permitido.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “trata-se concretamente de deslocações ao estrangeiro e as dinâmicas são diferentes. Normalmente propõem-se a este tipo de apoio, os Grupos que organizam Festivais Internacionais que já criaram uma dinâmica e interacção com Grupos Estrangeiros ou até com comunidades Portuguesas Emigrantes. Todos os Grupos têm conhecimento de que existe este tipo de apoio; acontece é que, neste momento, ainda nem todos conseguiram concretizar este tipo de iniciativa. No entanto, todos eles procuram fazê-lo porque é efectivamente um estímulo à sua actividade. Concordo plenamente que deva haver critérios mais objectivos, só que é também um tipo de acção que não está ainda predefinida pelos próprios Grupos.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “gostava de colocar uma questão diferente em relação a este apoio, e com todo o respeito pelo Grupo Folclórico da Santa Casa da Misericórdia de Soure, desconhecendo eu os estatutos que ligam este Grupo de Folclore à Santa Casa da Misericórdia. A questão que se levanta é esta: é por em pé de igualdade este Grupo que pertence à Santa Casa da Misericórdia, que tem um suporte de uma Instituição forte que todos nós conhecemos. Para mim é um problema real pois coloca-se em pé de igualdade com outras Instituições que nós temos no Concelho que não têm este apoio. Posso estar mal informada e o Senhor Presidente vai-me responder, mas para qualquer pessoa que leia isto ou que analise esta situação, o que parece é que este Grupo terá, à partida, vantagem em relação às outras Instituições que pedem apoio à Câmara Municipal.”

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “percebo a preocupação da Senhora Vereadora mas deixe que lhe diga o seguinte: primeiro, nós sabemos que em termos de Acção Social, hoje, e aqui há pessoas muito mais preparadas do que eu, não se trata apenas de tratar de grupos mais vulneráveis, idosos ou deficientes, é também criar ambiências de interacção e, portanto, são eles que têm até recomendações para isso. Agora, o suporte que eles têm é, porventura, não nos pedirem apoio para um salão onde ensaiam, porque já aproveitam a estrutura da casa mãe... porém, no dia em que eles tiverem que absorver da Instituição a sustentação do funcionamento cultural propriamente dito, fecham.

Coloco a questão ao contrário, como é que a Câmara Municipal pode distinguir entre Ranchos a apoiar e Ranchos a não apoiar?... Essa seria uma situação complicadíssima de gerir; nós sabemos que o Grupo Etnográfico de Samuel tem todo o apoio da Associação Cultural, Recreativa e Social de Samuel, agora não podemos é tratá-lo de forma diferente; sabemos que o Rancho Folclórico de Tapeus tem todo o apoio da Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportivo de Tapeus; sabemos que o Rancho Folclórico do Casal do Cimeiro tem o apoio da Associação Cimeirense de Solidariedade Social... percebo a preocupação mas é muito difícil estarmos a dizer que a Acção Social não se deve esgotar naquilo porque não conseguimos... tudo é dinâmico mas, nesta altura em que estamos a estimular e a incentivar, não vejo como é que iríamos criar uma dualidade de tratamento, apenas assente no facto de que uma é uma secção de uma Instituição com esta natureza, mas outra já é uma secção de uma Instituição com outra natureza. A Câmara Municipal trata isto como Política Municipal de Cultura, independentemente de ser o Rancho da Instituição A ou B, ou até um Rancho que, em si mesmo, é uma Instituição autónoma.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio no valor de 1.250,00 euros. -----

Ponto 4. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

. Toponímia

- Espaço Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira - Entre o Castelo e o Rio Anços

O Senhor Presidente referiu que: “na última reunião de Câmara houve uma proposta que apresentei no sentido de que todo aquele espaço se viesse a designar como Espaço Polivalente “Portugal 1111 a Conquista de Soure”; o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho usou da palavra e deu nota que lhe parecia que

*12.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

ninguém iria chamar àquele Espaço “Portugal 1111 a Conquista de Soure” e que, em contrapartida sugeria a designação “Largo dos Templários”.

Na altura, foi entendido retirar o ponto da Ordem de Trabalhos. Agora, qual é a proposta concreta? Da minha parte não há aqui nenhuma teimosia, tenho o maior respeito histórico e cultural pelo significado dos Templários em termos de Soure, em termos do que isso representa e por isso é que até já há uma Rua dos Templários. Mas, do nosso ponto de vista, aquele espaço não é um largo, é um Espaço Multiusos; porém, reconheço que chamar-lhe o nome anteriormente proposto, que era extenso mas que olhando ao significado, potenciava o aparecimento de um folheto do Gabinete da área cultural em que exactamente se “obrigasse” as pessoas a perceber o que é que significa Portugal 1111... assim, a nossa proposta concreta é de que aquele Espaço Multiusos se chame “Soure 1111”. Com isto, que tenhamos a noção exacta de que estamos a levar a que os Municípios saibam o que é “Soure 1111” e qual o significado histórico que lhe está subjacente, que também integra os Templários, mas vai para além dos mesmos, porque quer queiramos quer não, estaríamos a tratar aquele espaço com uma certa segregação civilizacional. Sou cristão, não sou mouro, mas também não devemos ter, no plano institucional, nada contra a história das civilizações, concordemos ou discordemos das suas práticas; foi naquele espaço que os mouros, pelo que nos explicaram, quando estavam a recuperar a sua conquista, começaram a ser contrariados e foi redefinida a fronteira de Portugal; há todo um significado histórico, houve um momento em que era ali que estava uma fronteira de Portugal.

O Prof. Doutor Joaquim de Carvalho referiu que se poderia designar como “Portugal 1111 Nasce Soure” mas aí caíamos na mesma...”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “depois da última reunião, entendo que os argumentos que aduzi na altura continuam válidos, mesmo depois de ler a memória descritiva ou justificativa que o Prof. Doutor Joaquim Ramos de Carvalho enviou ao Senhor Presidente onde, aliás, acho que me vem dar razão no que diz respeito à colagem que eventualmente podia haver entre o nome da praça e do jogo porquanto a primeira página, que todos tiveram acesso a ela, é uma memória justificativa do nome do jogo e não da praça com alguma justificação histórica para o facto.

Relativamente a isto, e com todo o respeito que o Prof. Joaquim Ramos de Carvalho me merece, eu entendo e continuo a entender que aquele espaço merecia uma toponímia mais sugestiva, mais acessível à nossa população. Não estou com

*12.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

isto a dizer que sejamos um conjunto de iletrados que não tenhamos a capacidade de averiguar o porquê da atribuição daquela data à Praça “1111”...

Todavia os argumentos que estiveram subjacentes à nossa proposta continuam válidos e continuam, na nossa perspectiva, a dar àquele espaço a significância que entendemos que deve ser dada e sobretudo recolocar o Concelho de Soure, mais propriamente a Vila de Soure, num espaço cultural que é o espaço das ordens militares a que nos querem tirar, isto é, toda gente fala em Tomar como sendo a sede dos Templários e ninguém se lembra de referir que Soure foi a primeira sede dos Templários, isto é uma questão que nós devemos valorizar, tanto mais que, há publicações e literatura nesse sentido que fala da Rota dos Templários em Portugal e que o refere ligeiramente.

Nós mantemos a nossa proposta e a nossa justificação é a seguinte: *“o Papa Honório II, em 1128 (séc. XII), concedeu à Ordem dos Templários a legitimidade da sua fundação. Embora tenha sido criada para a defesa da Terra Santa é na Península Ibérica que os Templários em 1128 fazem os seus primeiros combates, quando D. Teresa, viúva do Conde D. Henrique - mãe de D. Afonso Henriques - lhes confiou a tarefa de conter o avanço do Islão e guardar as fronteiras do Sul do Condado Portucalense. Supõe-se que foi em 1126 que apareceu um núcleo de cavaleiros da milícia em Portugal. É durante o Governo de D. Teresa que os Templários fundam a sua sede no Castelo de Soure, construindo ainda o Castelo de Tomar no reinado de D. Afonso Henriques, para onde se haviam de instalar definitivamente com a sua sede, distinguindo-se nas conquistas dos Castelos a Norte e Sul do Tejo. Tendo em consideração a necessidade da utilização de uma toponímia significativa e acessível à população e que reflecta o passado histórico do local; tendo em consideração a importância que a Ordem dos Templários teve para a definição do Território Nacional e ainda a importância de Soure na fixação da Ordem em Portugal propomos como toponímia para o espaço em apreço, Praça dos Templários.”*

O Senhor Presidente referiu que: “se há coisa onde me parecia que não havia a menor divergência é que aquilo é tudo menos uma praça ou um largo, é um espaço multiusos. Chamar àquilo praça ou largo é uma coisa verdadeiramente redutora...”

Interveio o Senhor Vereador Fernando Martinho dizendo: “permita-me uma observação: a Praça de S. Pedro, em Roma, tem a realidade que todos conhecemos!!!”

O Senhor Presidente referiu que: “a Praça de S. Pedro quando “levou” a denominação de Praça de S. Pedro, nem sequer se falava ou tratava de requalificações urbanas nem de espaços multiusos... falavam-se de praças claramente viradas para a manifestação da força religiosa e para a manifestação até

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

da “monarquia”. Há aqui um desfasamento temporal que faz com que o seu argumento, do meu ponto de vista, faça pouco sentido mas, de qualquer maneira, não me sinto preparado na área histórica, para debater o que quer que seja, agora tenho muita confiança na capacidade daqueles que, nesse domínio, têm uma qualidade reconhecida por quem está preparado para o fazer e não tenho a menor dúvida sobre o significado histórico/cultural daquele espaço. Portanto, considerando a natureza do espaço, toda a envolvência histórico/cultural que lhe está adjacente e a informação histórica do Prof. Doutor Joaquim Ramos de Carvalho, proponho, para aquele Espaço Multiusos, o nome de “Soure 1111”.”

Havendo duas propostas foi sugerido que fossem votadas as duas, sendo a proposta A, “Soure 1111”, e a B, “Praça dos Templários”.

Foram apresentadas duas propostas, tendo sido aprovada a proposta A (Soure 1111), por maioria, com quatro (4) votos a favor. -----

Ponto 5. PROTECÇÃO CIVIL

. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PNDFCI

O Senhor Presidente referiu que: “já foi publicado, através de Resolução do Conselho de Ministros, o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e foram dados 120 dias para que, em consonância com esse Plano Nacional, fossem desenvolvidos os Planos Municipais. Já despachei no sentido de haver uma equipa multidisciplinar que proceda à elaboração do Plano Municipal, nos termos da lei.

Também não posso deixar de vos dar conhecimento, admitindo que porventura o não tenham ou que já o tenham, que, sobre esta matéria, o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses emitiu parecer desfavorável a este Plano Nacional. Não obstante compreender que cada Município deva desenvolver o seu Plano Municipal em consonância, tenho que vos dar conhecimento que o Conselho Directivo considerou, basicamente, o seguinte: que se desconhecem os regulamentos que o Governo pretende que os Serviços Municipais de Protecção Civil venham a observar; ao contrário do que o Plano prevê, que aponta o ano de 2012 para a existência de Planos Municipais em funcionamento nos Municípios, é necessário que sejam facultados aos Municípios as condições para que aquele objectivo seja encurtado/antecipado para 2008; não está assegurada a transferência de meios correspondentes ao desenvolvimento destes Planos...

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

Em resumo, não apenas vos estamos a dar conhecimento de que uma equipa multidisciplinar, coordenada pelo Chefe de Gabinete, Senhor Américo Nogueira, que é quem tem estado ligado à Protecção Civil, está a tratar de apresentar uma proposta de Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, naturalmente respeitando as orientações do Plano Nacional aprovado mas, em paralelo, dar-vos conhecimento que há uma Resolução do Conselho Directivo que emitiu parecer desfavorável sobre o mesmo.

Essa Comissão, coordenada pelo Senhor Chefe de Gabinete, integra um conjunto de técnicos que estão ao serviço da Câmara Municipal, nas áreas de Direito, Ambiente, Florestas, e Responsáveis da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Soure, a nível de Comando do Corpo Activo.”

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 6. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

. CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

- Construção de Estação Elevatória//Casais de São Jorge - Freguesia de Degraças
- Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: Abastecimento Público - Água
Conservação e Reparação da Rede Existente
Construção de Estação Elevatória - Casais de São Jorge
Adjudicação

Por deliberação de 11.05.2006, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura do **ajuste directo (com consulta obrigatória)** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das quatro empresas consultadas, apenas duas apresentaram propostas:

Empresa	Valor	Prazo
ANOG - de Albino Nunes Oliveira Guardado	6.438,39	20 dias
JRSF - Joaquim Rodrigues da Silva e Filhos, Lda	6.939,60	“

Tendo em conta o critério de adjudicação - o do preço mais baixo -, que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta embora superior ao estimado, é aceitável, os serviços técnicos sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **ANOG - de Albino Nunes Oliveira Guardado**.

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Foi efectuada a audiência prévia pela comissão de análise das propostas, não tendo qualquer das empresas apresentado reclamações ou pedidos de esclarecimentos.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **ANOG - de Albino Nunes Oliveira Guardado**;
2. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **6.438,39**, acrescido de IVA.

Á consideração superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
27.06.2006

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

**Ponto 7. CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO
- Proposta**

O Senhor Presidente referiu que: “logo após a aprovação, produzi um despacho a determinar a constituição de uma Comissão de Análise que procedeu à abertura das propostas entradas; essa comissão de análise determinou a elaboração de um parecer dos serviços técnicos ligados à área de economia e depois com base, quer na leitura directa das propostas, quer do parecer, apresentou uma recomendação concreta.

Assim, o que eu proponho é que aprovemos a proposta de contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo, para aplicação em investimento, à Caixa Geral de Depósitos, na Taxa Variável “Euribor” a seis meses com pagamentos mensais.”

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, bem como conferir-lhe poderes para outorga do contrato. -----

Foi ainda deliberado submeter esta proposta à Assembleia Municipal. -----

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

Ponto 8. DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

. Programa Foral

- Apresentação de Candidaturas

O Senhor Presidente referiu que: “desde Fevereiro que tenho vindo a referir que a Câmara Municipal teria que desenvolver esforços no sentido de procurar acompanhar, deliberar, decidir, instituir procedimentos no sentido de aproveitarmos as possibilidades existentes para não apenas valorizarmos a formação, mas, com a valorização da formação, melhorarmos de forma significativa o funcionamento dos serviços e, se possível, sem custos relevantes para a Câmara Municipal. Nesta base, o que vos tem vindo a ser adiantado e que, de alguma forma, o Dr. Marcus Tralhão foi materializando em termos da definição de uma ambiência genérica, foi o que se veio a concretizar através do desenvolvimento de processos de candidatura. Logo que me foram apresentadas essas informações, tive a oportunidade de determinar que fosse a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos a coordenar todo o processo que conduzisse ao desenvolvimento e apresentação das candidaturas.

As duas candidaturas já foram apresentadas, estamos convictos que as mesmas irão ser aprovadas... Quer num caso, quer noutra, estamos a falar de formação/acção; penso que está bem explicado o conceito nas informações e, acima de tudo, podemos, após a aprovação destas candidaturas e tomadas as deliberações que as complementarão, valorizar, conseguir uma reestruturação profunda em termos de valorização dos recursos humanos e, por via disso, uma resposta muito mais eficaz perante os Municípes que são, no fundo, a razão de ser dos serviços.

No fundo, dar-vos conhecimento da apresentação recente destas duas candidaturas e de que, no âmbito da preparação das mesmas, foi desenvolvido um meritório trabalho, quer por parte do Director de Departamento, Dr. Marcus Tralhão, quer por parte da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, e, naturalmente que espero que esse trabalho empenhado, que ambos desenvolveram, culmine com a aprovação das candidaturas e que depois materializemos tudo aquilo que lhes está subjacente.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “relativamente à primeira candidatura, no programa DIQUAL QASST, gostaria de informar que este programa tem três variantes extremamente importantes, assenta em três sistemas separados: é o Sistema da Gestão da Qualidade, da Gestão Ambiental e da Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho. Dizer-vos também que todas as Autarquias que estão, neste momento, a fazer a Candidatura à formação/acção,

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

estão a fazê-la por partes; na área ambiental só alguns sectores, na área da qualidade só alguns sectores...

A Câmara Municipal de Soure é a primeira Câmara Municipal que apresenta a Candidatura aos três sectores; uma formação que vai ser muito exigente; vai exigir muito do quadro de formandos que nós vamos ter que são trabalhadores da Autarquia e que vão ter que assistir e participar nesta formação em período laboral, vão ter que dar uma excelente resposta e gostaria de congratular-me com a apresentação desta Candidatura porque é uma grande aposta nos nossos Recursos Humanos. Nós temos Recursos Humanos com muito valor na Câmara Municipal de Soure, é um direito para um trabalhador ter formação, são os trabalhadores desta casa que reclamam e reivindicam a formação e esta vai significar uma grande aposta deste Executivo na Modernização Administrativa. Poderia dizer, por aquilo que tenho visto e analisado, que vai durar cerca de um ano e depois desta formação ter terminado, a nossa Autarquia ficará certamente diferente para melhor na capacidade de resposta ao Município, na relação com o Município, no funcionamento entre sectores dentro desta Autarquia. Estamos a apostar na qualidade, no futuro.

Relativamente à segunda Candidatura, do Sistema Municipal de Informação Geográfica, era também uma Candidatura reclamada pelos sectores, nomeadamente o sector de obras porque está muito ligado à cartografia. Quanto ao SIG - Sistema Informação Geográfico, tive a oportunidade de ver isto, numa das visitas que fiz a uma empresa de Oeiras, à Municíпия, com o Dr. Marcus Tralhão, as potencialidades deste programa: é a base de qualquer planificação, de qualquer revisão do PDM; é um documento estratégico fundamental; é a partir daqui que se fazem todas as previsões; pode ser utilizado em transportes escolares, é rentabilizarmos os percursos; no licenciamento de obras... esta Candidatura do SIG representa uma aposta na modernização a estes sectores.

Penso que mais do que as pessoas envolvidas nisto, porque também conseguimos envolver outros agentes que não exteriores à Câmara Municipal, estamos todos de parabéns por termos feito uma grande aposta.”

Interveio o Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos dizendo: “também me congratulo com estas duas acções de formação mas gostava de deixar uma nota àquilo que a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos disse. O SIG tem uma potencialidade que poucos de nós que estamos aqui, se calhar, lhe sabem dar valor, mas a formação não chega para potenciar o SIG, estou a falar com algum conhecimento de causa, não sei se essa formação está de algum modo encadeada

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

com a caracterização cartográfica de todo o Concelho, trata-se de uma formação altamente específica e as pessoas que forem aprender essa nova técnica, se no acto contínuo não começarem a trabalhar, é nitidamente dinheiro deitado fora. A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos e o Dr. Marcus Tralhão viram, mas viram as outras pessoas a trabalhar, que é diferente de quem trabalha com a ferramenta. Tenho algum acesso a ferramentas desse tipo, pela minha formação profissional, e quem não trabalhar no dia a dia, esquece facilmente toda a formação. O meu realce, no meio disto tudo, não se cinge só à componente formação mas também à parte mais importante que é a digitalização cartográfica de todo o Concelho.”

O Senhor Presidente referiu que: “poderia eu ou a Senhora Vereadora responder a isso porque penso que a preocupação que expendeu está absolutamente tida em conta, por isso é que é formação/acção, mas pedia ao Dr. Marcus Tralhão que sobre esta parte mais prática, nos desse as explicações sobre tudo isso que foi tido em linha de conta.”

O Director de Departamento, Dr. Marcus Tralhão, fez uma explicação pormenorizada sobre o assunto.

8.1. PROJECTO “DIQUAL QASST”

. Implementação dos Sistemas de Gestão de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Recursos Humanos

Implementação e Certificação dos Sistemas de Gestão
Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho

De acordo com as indicações do Sr. Presidente da Câmara e procurando das cumprimento às mesmas, procedeu-se ao desenvolvimento desta informação/sugestão:

As Autarquias Locais, em especial os Municípios, deparam-se, cada vez mais, com a necessidade de repensar as soluções estruturais existentes, com vista à construção de uma administração mais racional, mais ágil no seu funcionamento, mais eficiente, mais orientada no plano estratégico, e servindo melhor e de forma mais próxima os cidadãos, as empresas e a comunidade local, obrigando-as à adopção de novas formas de gestão, recorrendo, para o efeito, a um conjunto de ferramentas e metodologias, sustentadas numa política de gestão de qualidade, que procuram responder a estes novos desafios.

12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Junho de 2006

Mas, para além, da construção de uma administração pública cada vez mais próxima dos cidadãos, munida de meios e condições que vão de encontro à satisfação das suas necessidades, existem outras áreas, como o Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho, relativamente às quais, deve também o município procurar desenvolver uma estratégia para que em toda a sua actividade esteja sempre presente o respeito pelo ambiente e pela saúde e segurança dos seus trabalhadores, em particular, e do cidadão, em geral.

Todo este processo passa inevitavelmente pela implementação e Certificação¹ de Sistemas de Gestão², que não obstante constituir, naturalmente, um processo voluntário, é sempre suportado nas motivações políticas e objectivos de cada organização, que no caso das autarquias poderão, designadamente, traduzir-se:

- . Na melhoria da funcionalidade, eficiência e eficácia na prestação dos serviços aos munícipes;
- . Na redução da burocracia, racionalização dos processos e o aumento da transparência das decisões;
- . Na credibilização dos projectos de melhoria da qualidade de vida, do bem-estar dos cidadãos e da acção social;
- . Na visibilidade dos esforços de aproximação às preocupações da população e satisfação das suas necessidades e aspirações;
- . Na adopção e utilização sistemática de ferramentas de gestão aplicáveis a qualquer organização, independentemente da sua dimensão ou sector de actividade;
- . Na consolidação da actuação da autarquia na protecção do ambiente e prevenção da poluição;
- . Na demonstração inequívoca das preocupações e cuidado com as condições e ambiente de trabalho dos seus colaboradores;
- . Na evidência adicional da focalização no planeamento e utilização eficiente dos recursos da autarquia e da comunidade.

De igual forma, a Implementação e Certificação de Sistemas de Gestão, é referida como uma oportunidade para os autarcas dinamizarem e consolidarem o período durante o qual lideram os destinos e projectos da autarquia, potenciando o efectivo cumprimento dos seus objectivos e missão e deixando uma marca indelével e um legado para o futuro.

Este caminho, para além de constituir uma aposta, representa um desafio para todos os municípios, e implica necessariamente o envolvimento de todos, quer dos políticos, quer dos funcionários, que terão de dar continuidade a este processo, uma vez que a certificação dos sistemas de gestão implica uma avaliação permanente, realizada por auditores externos.

Assim, com vista à **implementação dos Sistemas de Gestão** (nas três vertentes: Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho) de acordo com referenciais normativos aplicáveis (ISO 9001:2000, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001) e a sua posterior **Certificação**, sugerimos a apresentação pelo Município, no âmbito do Programa Foral³, de uma candidatura à Medida 1.6, do PO Centro⁴, na modalidade da Formação-Acção.

12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Junho de 2006

A metodologia da **Formação-Acção**⁵, que segue os princípios do Despacho Conjunto n.º 694/2003, é a única que se mostra vocacionada para a implementação dos Sistemas de Gestão, uma vez que, ao contrário da “formação clássica”, a mesma se caracteriza por levar a formação “para dentro” da organização (Município), potenciando o envolvimento não apenas do formando mas de toda a organização.

O processo de formação é, neste modalidade, centrado nos problemas a resolver e/ou nos projectos de modernização ou de desenvolvimento a realizar, e os participantes consolidam a sua aprendizagem analisando e aplicando os conhecimentos adquiridos na resolução de problemas concretos e no desenvolvimento dos projectos definidos.

A Formação-Acção consiste, assim, em articular a formação com dinâmicas de mudança organizacional. Em vez de uma formação dirigida à capacitação individual e que se abstrai do contexto organizacional em que é exercido o trabalho, pretende-se fundir, num processo único, uma aprendizagem colectiva, traduzida num acréscimo de intelegibilidade dos processos de trabalho, com a produção de mudanças organizacionais. A formação na acção permite passar de uma formação para a mudança a uma formação na mudança e, no caso vertente, associar os investimentos na formação a projectos de modernização administrativa das autarquias que supõem mudanças à escala do modo de pensar e agir, globalmente, na organização.

A elaboração de uma candidatura para estes fins deverá ser estruturada com base num modelo, de preferência, já testado, que ofereça garantias de uma correcta implementação dos Sistemas de Gestão, sua monitorização e, por fim, sua certificação. A este propósito, importa referir que embora no mundo empresarial existissem modelos para a implementação destes sistemas, o mesmo não sucedia, até há pouco tempo, com a administração pública. Aqui entra a AIP – Associação Industrial Portuguesa⁶ que, dado o seu know-how, prestou não só apoio na elaboração do citado Despacho Conjunto n.º 694/2003, que passou a disciplinar aquela modalidade de formação, como também concebeu, a convite da Secretaria de Estado da Administração Local, um modelo de intervenção no âmbito do Programa Foral, a que designou por DIQUAL QASST⁷, com o objectivo de preparar as autarquias locais para a implementação e obtenção da Certificação dos Sistemas de Gestão junto de entidades acreditadas.

É esta a razão das várias parcerias estabelecidas entre a AIP e diversos Municípios, para a implementação daquele modelo de intervenção, designadamente e entre outras, as Câmaras Municipais de Coimbra, de Leiria e de Pombal.

Face ao atrás exposto, sugerimos a apresentação de uma candidatura ao Programa Foral, estruturada com base no modelo DIQUAL QASST, de forma a submetê-la à aprovação da próxima Unidade de Gestão do P.O. Centro, que, segundo informação recolhida, terá lugar em Junho.

¹ Processo de validação e reconhecimento formais das capacidades adquiridas em formação, ou competências demonstrada, exigidas para o exercício de um cargo ou função.

² Sistema de gestão para dirigir e controlar uma organização.

³ O Programa de Formação para as Autarquias Locais (FORAL) é co-financiado no âmbito das medidas do FSE (Fundo Social Europeu) e enquadradas no Eixo 1 dos Programas Operacionais Regionais do Continente (no caso do PO Centro, corresponde à Medida 1.6, com a designação de Desenvolvimento dos Recursos Humanos), do Quadro Comunitário de Apoio III, para o período de programação de 2000 a 2006, com o apoio de recursos financeiros nacionais.

⁴ Valor máximo estabelecido para cada município e por ano é de 150.000,00 euros

12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Junho de 2006

⁵ Forma de Organização da Formação centrada em metodologias dinâmicas que valorizam a aprendizagem através da análise de vivências pessoais e da experimentação.

⁶ Entidade privada, sem fins lucrativos

⁷ Este projecto tem por destinatários quadros dirigentes e técnicos superiores das Câmaras Municipais e está suportado na metodologia dinâmica da Formação-Acção, permitindo uma participação activa dos formandos envolvidos em todas as suas fases desde o diagnóstico inicial à elaboração e implementação do plano de acção e avaliação final de resultados obtidos.

À consideração superior
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
04.04.2006

Foi tomado conhecimento. -----

8.2. PROJECTO “SIG” . Implementação do Sistema de Informação Geográfica

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Recursos Humanos
Implementação do Sistema Municipal de Informação Geográfica

De acordo com as indicações do Sr. Presidente da Câmara e procurando das cumprimento às mesmas, procedeu-se ao desenvolvimento desta informação/sugestão:

A implementação de um SIG (Sistema de Informação Geográfica) constitui, de há muito, uma aposta do Departamento de Obras e Urbanismo, uma vez que se torna impossível falar em planeamento e gestão urbanística, importantes atribuições municipais, sem esta “ferramenta” de trabalho, já que a maior parte da informação necessária à gestão e planeamento tem natureza geográfica (zonamento, registo de propriedade, estradas, escolas, parques, etc...). Simultaneamente, a implementação de uma SIG, irá inevitavelmente permitir uma racionalização de procedimentos e de metodologias de trabalho tradicionais, em resultado da disponibilização de uma base de dados estruturada tendo em vista os domínios de intervenção da Autarquia, com todas as potencialidades inerentes à informatização e espacialização da informação.

Por outro lado, todo o investimento que, em breve, o Município terá obrigatoriamente de realizar para aquisição de cartografia, designadamente, com vista à revisão do PDM, só terá sentido após a implementação de um SIG, uma vez que este sistema permite uma actualização permanente da mesma.

Todavia, a implementação de um sistema desta natureza, obriga-nos à constituição de uma equipa técnica responsável pela gestão do sistema, com conhecimentos e experiências nestes sistemas, que terá de passar, necessariamente, pela qualificação do nosso quadro técnico, nomeadamente, os afectos ao Gabinete de Desenho.

Tal como defendemos para os Sistemas de Gestão, a implementação deste projecto que não pode dissociar da estratégia de modernização dos serviços desta autarquia, deverá também assentar numa candidatura à Medida 1.6 do PO Centro, Programa Foral, na modalidade da Formação-Acção, porque,

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2006*

como já referimos, é a que se encontra vocacionada para articular a formação com dinâmicas de mudança organizacional.

Caso a candidatura seja aprovada, é nossa intenção propor de imediato a aquisição de cartografia, para que, após o decurso da Formação-acção, consigamos ter disponível esta nova e importante ferramenta de apoio à gestão municipal.

Face ao atrás exposto, sugerimos a elaboração e apresentação de uma candidatura ao Programa Foral, estruturada com base na metodologia estabelecida no Despacho Conjunto n.º 694/2003, de forma a submetê-la à aprovação da próxima Unidade de Gestão do P.O. Centro, que, segundo informação recolhida, terá lugar em Junho.

À consideração superior
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
19.04.2006

Foi tomado conhecimento. -----